

Tecnologia de gestão, ativismo em rede e tecnopolítica: uma narrativa
Management technology, network activism and technopolitics: a narrative

Orlando Gomes da Silva

Universidade Federal de Campina Grande, Brasil

e-mail: o2@riseup.net

Recebido: 28/03/2018 – Aceito: 21/04/2018

Resumo

As ações em rede se dão em processos nos quais a tecnologia de gestão está configurada para um novo valor-trabalho, imaterial, que torna indistinguíveis nas práticas campos antes claramente separáveis como lazer-trabalho, ativismo-*business* ou acadêmicos-praticantes, dentre outros. O objetivo deste artigo é apresentar uma narrativa da construção de uma rede tecnopolítica atuante nas relações entre tecnologias, cultura e ciência no Brasil. Para tanto, operou-se metodologicamente com a construção social da tecnologia - SCOT, observação participante e manipulação de *corpus* linguístico. A título de resultados tem-se uma narrativa sobre a rede caracterizando os grupos envolvidos, suas interpretações e uma estrutura de sentidos que faz a rede. Conclui-se propondo reflexões sobre as condições de possibilidade de vida frente à ubiquidade da tecnologia de gestão praticamente invisível e não percebida pelos atuantes em rede.

Palavras-chave: Redes; Tecnologia de Gestão; Ativismo; Trabalho Imaterial.

Abstract

Network actions takes place within processes in which management technology is configured to a new work-value, immaterial, that makes indistinguishable in practice previously clearly separable fields such as leisure-work, activism-business or academic-practitioners, among others. The objective of this article is to present a narrative of the construction of a technopolitical network that acted in the relations between technologies, culture and science in Brazil. The methodological approach draws on the social construction of technology - SCOT, participant observation and manipulation of linguistic corpus. As a result the narrative characterizes the groups involved in the process, their interpretations and a structure of meanings that makes sense of the network. The conclusion proposes reflections on the conditions of possibility of life in front of the ubiquity of the management technology practically invisible and not perceived by the network actors.

Keywords: Networks; Management Technology; Activism; Immaterial Work.

1. Introdução

Desde as manifestações anticapitalistas do final do século XX, como a Insurgência Zapatista em 1994 no México e os protestos em Seattle durante a cúpula da Organização Mundial do Comércio de 1999, que a integração entre mobilização social e ação em rede se tornou prática em evidência, ao ponto de se falar em um “efeito zapatista” para tais processos (Cleaver, 2005). É nesse contexto que se idealiza um ativismo desenvolvendo-se em meio a uma “nova cultura organizacional como resultado da apropriação estratégica das tecnologias” (Machado, 2007, p. 249) e que forma coletivos informais, sem nenhuma ou pouca institucionalidade, pregando modos de vida alternativos e novas expressões simbólicas (Scherer-Warren, 2006). Um ativismo que opera como uma rede distribuída, nos moldes da Internet (Hardt, 2002; Ugarte, 2008).

Propõe-se no presente artigo que esses processos estão inseridos numa trajetória de desenvolvimentos sociotécnicos relacionados com novas práticas de organização do trabalho, que instauraram um imaginário e *modus operandi* conexcionista nas relações cotidianas do início do século XXI (Boltanski & Chiapello, 2009). Dessa forma, apresenta-se uma narrativa metodologicamente estruturada sobre uma rede tecnopolítica, ou seja, uma rede de desenvolvimento de práticas estratégicas de design e/ou uso de tecnologia para constituir, incorporar ou realizar objetivos políticos (Hecht, 2001), cuja atuação se desenvolve em torno das relações entre tecnologias, cultura e ciência.

A rede estudada influenciou majoritariamente e participou diretamente do planejamento, implementação e gestão de políticas públicas de inclusão e cultura digital em âmbito federal durante os dois mandatos do Governo Lula, a partir do protagonismo do Ministério da Cultura nas gestões de Gilberto Gil e Juca Ferreira, compondo, entre outras iniciativas, a chamada “lista de articuladores” (Rubim & Rubim, 2017).

A narrativa apresentada se fundamenta em pesquisa realizada ao longo de quatro anos a partir de observação participante completa por conversão (Adler & Adler, 1987), compreensões teórico-metodológicas da etnografia do virtual (Hine, 2000), antropologia da ciência e tecnologia (Callon, 1984; Latour, 2000, 2005) e da construção social da tecnologia – SCOT (Bijker, 1995, 2009; Bijker et al., 1987), além de organização de *corpus* linguístico e da codificação e análise do material com o auxílio do software WebQDA.

A rede que se estudou é bastante conhecida, principalmente entre ativistas e interessados em cultura digital, e seu nome, de certa forma, remete a compreensões quase

automáticas de sua atuação. Por isso se utilizará neste artigo um nome fictício, Rede Videiros, em alusão a possibilidades de construção da vida com os processos em rede. Busca-se com esse recurso que aqueles que já conhecem alguma versão dos processos associados a essa rede possam, em certo momento, se desassociar do nome real e assimilar, dialogar com, elementos da narrativa aqui apresentada. Da mesma forma, chamar-se-á de *videiranças* as práticas da Rede que posteriormente a nomearam. Além disso, o processo mais específico que foi utilizado como recorte de campo, o coletivo editorial da Rede, será chamado de RecriaRede ou em alguns momentos apenas Recria.

A questão de pesquisa a ser respondida foi: o que fazia a Rede Videiros? A abertura e ambiguidade da questão é obviamente proposital, uma vez que se adota uma perspectiva de construção social da tecnologia o que faz algo e o que esse algo faz é o que importa para as compreensões a serem alcançadas, nos moldes de um agnosticismo ontológico sobre a tecnologia (Bijker, 2009). O objetivo a ser atendido é apresentar uma narrativa da construção social de uma rede tecnopolítica atuante nas relações entre tecnologias, cultura e ciência.

Para a apresentação da narrativa intentada o presente artigo se encontra estruturado em mais três seções textuais a seguir, antes das considerações finais: seção 2 “Teoria e contextualização”, na qual se organiza o referencial teórico do trabalho de forma associada ao contexto social empírico; seção 3 “Os caminhos para narrar a rede”, que procura descrever a metodologia adotada e; seção 4 “A construção da Videiros no RecriaRede”, que de acordo com o modelo descritivo proposto pela SCOT apresenta o resultado da investigação.

2. Teoria e contextualização

2.1. Hackers, redes e a Videiros

Nos processos que envolvem ativismo e Internet é comum a alusão à figura dos *hackers* como um elemento simbólico, mitológico, inspirador de práticas contestatórias com o uso de tecnologias, especialmente tecnologias computacionais. *Hackers*, para aqueles que analisam o fenômeno na perspectiva de sua vertente ética, relacionam-se intimamente com um novo espírito do capitalismo na sociedade informacional (Himanen, 2001). A caracterização mais extrema dessa realidade é aquela que os coloca como a nova face do trabalho na dinâmica de conflito com o Capital, opondo-se aos vetorialistas, a classe que repôs a capitalista industrial e cujo poder está no monopólio da propriedade intelectual e nos meios de reprodução desse valor, os vetores da comunicação (Wark, 2004).

Na atuação dos hackers a ação em rede é algo basilar. Redes enquanto processo de relações, de aquisição e disponibilização de informação e conhecimento, sua matéria prima de

trabalho. Tal realidade se apresenta na contemporaneidade associada de forma dominante à rede Internet. Porém, ainda que a Internet tenha ajudado significativamente a popularizar compreensões sobre redes, a abrangência das perspectivas nesse assunto é muito maior e abarca incontáveis processos tecnológicos em diferentes campos. Ou seja, nem tudo que se denomina rede “funciona” ou pode “funcionar” tal como a Internet.

A questão se torna ainda mais complexa quando se considera que, junto ao imaginário maior da Internet, se pode acrescentar uma vasta produção teórica e da literatura corporativa sobre redes que foi disseminada ao longo da segunda metade do século XX, com o intuito de fazer compreender que para decifrar o mundo seria necessário recorrer a esse novo formato organizacional, novo modo de produção ou diferentes outras acepções para “rede” (Boltanski & Chiapello, 2009). Assim, emergiram transformações nos usos do termo rede “em todas as manifestações da vida social como maneira de entender tudo, das funções neurológicas às organizações terroristas” (Hardt & Negri, 2001, p. 158).

Por outro lado, devido à sua vinculação com o processo de transição capitalista, muito do que é denominado de rede pode em primeiro lugar ser pensado a partir de uma acepção muito específica para o termo “tecnologia social”, qual seja: tecnologias direcionadas para gestão do comportamento humano em grupo (Pinch, Ashmore, & Mulkay, 1992). E sendo assim, mesmo que movimentos em rede se coloquem como antagônicos ao Capital, em sua base esses atores operam nas possibilidades da tecnologia de gestão dominante e praticamente invisível em meio ao imenso volume de concepções teóricas e imaginárias sobre redes.

Considerando-se a lógica de constituição das redes vista pela teoria do Império e da Multidão (Hardt & Negri, 2001), as identidades de uma rede são sempre precárias e uma constituição contínua, que podem ser observadas em sua atividade comunicativa, processo fundamental das redes no capitalismo informacional. No caso da Rede Videiros, falava-se que em certo momento algo se estabilizou, ainda que contingencial e provisoriamente, em torno de uma construção coletiva de um espaço de conhecimento, convívio, informação, inspiração e troca. Assim, é importante destacar que a ideia de *videirança* surge associada a uma ética *hacker* e às práticas do software livre¹, por isso a Rede Videiros operava dentro das tentativas de constituição de uma lógica de conhecimento livre, estando, enquanto um sistema tecnológico, como algo sempre em disputa.

2.2. Redes, tecnologia de gestão

1 O conceito de software livre e a filosofia associada às suas práticas de desenvolvimento estão intimamente associadas a um ethos hacker, vide Evangelista (2014).

A noção de conectividade social associada a redes é muito anterior à Internet. Data dos anos 1950 pelo menos os desenvolvimentos iniciais da análise de redes sociais (Scott, 2000), mas a ampla visualização das redes se deve em grande parte às mudanças na qualidade e natureza do trabalho, que vem sendo conduzidas na transição de uma economia mundial de base industrial para uma economia global de base informacional a partir dos anos 1970 (Boltanski & Chiapello, 2009; Hardt & Negri, 2001).

Na sociedade industrial, é a fábrica o mecanismo fundamental da tecnologia organizacional. A fábrica institui o poder disciplinar no processo de trabalho com a técnica de distribuição das pessoas em um espaço individualizado e o controle dos tempos e movimentos. A organização, como expressão da tecnologia industrial, funciona nos moldes de poderoso mecanismo que impõe o padrão tecnológico como tática de submissão dos trabalhadores ao regime da fábrica (Diniz, 2004).

O regime fabril, enquanto sistema tecnológico, passa então a constituir um sistema social, “um sistema social racional, ou um sistema social em que a divisão do trabalho é racionalmente realizada tendo em vista os fins visados” (Motta & Bresser-Pereira, 2004, p. 8). Um sistema social em que a expressão mais evidente do poder é a burocracia caracterizada nas normas racionais, escritas e exaustivas, que definem as relações de subordinação, distribuem as atividades a serem executadas e mantém o controle, reduzindo o âmbito de decisão dos subordinados por meio de padrões previamente definidos de ação (Motta & Bresser-Pereira, 2004). Portanto é o processo tecnológico de organização que está em evidência na constituição da moderna sociedade industrial.

Ao longo da segunda metade do século XX, certos teóricos de organização começam a falar no esgotamento do modelo dominante de organização industrial (Appley & Winder, 1977; Trist, 1977, 1981, 1983). Uma readequação do sistema tecnológico aos sistemas sociais, que consistia na redefinição dos processos de trabalho em conjunto com os operários, valorizando a autonomia dos grupos organizacionais, foi a solução proposta pelo Instituto Tavistock (Trist, 1981). Isso significava reconfigurar um processo de trabalho essencialmente subordinado, monotônico e individual, para transformá-lo num processo grupal autônomo (Motta & Vasconcelos, 2006). Estava em andamento toda uma redefinição dos sistemas tecnológicos de organização do trabalho.

No mesmo período, a teoria social que trata de redes experimenta uma ampla proliferação, recombinação e difusão, principalmente por consultorias corporativas, que passaram a pregar o novo modelo organizacional e suas características como a solução definitiva de transição para a sociedade da informação (Boltanski & Chiapello, 2009). A nova

proposta enfatiza a valorização de um tipo de trabalho como o principal gerador de valor na sociedade informacional, o trabalho imaterial, que pode ser compreendido em suas três vertentes como: aquele que redefine o próprio trabalho industrial ao informalizar e incorporar tecnologias de comunicação, transformando as atividades fabris em suporte para certos serviços; aquele que consiste em tarefas analíticas e simbólicas, perpassando por manipulação criativa e inteligente; e finalmente o trabalho imaterial que consiste na produção e manipulação de afetos, requerendo contato humano virtual ou real (Hardt & Negri, 2001, p. 314).

A força do trabalho imaterial está na base dos novos sistemas de produção e de marketing caracterizados por processos de trabalho e mercados mais maleáveis, mobilidade geográfica, rápidas mudanças nas práticas de consumo, renascimento do empreendimento e uma virada cultural associada à compreensões de pós-modernismo (Harvey, 1992). O processo é imanente à saída de um capitalismo organizado, desenvolvido entre as décadas de 1930 e 1980, para uma etapa condicionada pelas políticas neoliberais e a expansão dos modelos de produção flexíveis, por vezes chamados de pós-fordistas (Wilf, 2016).

Nesse contexto, chama a atenção o conceito de retórica da tecnologia (Pinch et al., 1992), ou seja, de que a tecnologia é descrita e representada para atender a propósitos específicos nas diferentes relações cotidianas. Isso pode ser percebido inicialmente nas definições que são dadas para a tecnologia pelos diferentes atores envolvidos em seu processo de desenvolvimento, testes e disseminação. Identificar e seguir os grupos sociais relevantes envolvidos no desenvolvimento de uma tecnologia é, portanto, o ponto de partida recomendado para as pesquisas (Dagnino, Brandão, & Novaes, 2004), quando considera-se a tecnologia como construção social.

2.3. Construção social da tecnologia

A abordagem dos estudos da ciência e tecnologia e sociedade denominada de Construção Social da Tecnologia – SCOT (Bijker, 1995, 2009; Bijker et al., 1987) propõe o estudo da tecnologia como uma realização, algo que é construído em vez de algo com propriedades intrínsecas. Trata-se de uma heurística de pesquisa para estudar as mudanças tecnológicas na sociedade em seu contexto histórico e contemporâneo, uma teoria sobre o desenvolvimento da tecnologia e suas relações com a sociedade. Sendo o caminho para seguir com esse tipo de investigação um modelo descritivo a partir das categorias analíticas da SCOT, que são: a) grupos sociais relevantes; b) flexibilidade interpretativa; c) estabilização e fechamento e; d) estrutura tecnológica.

Os grupos sociais relevantes são as instituições, organizações e grupos organizados ou não de indivíduos que se associam aos desenvolvimentos e usos da tecnologia. O requerimento essencial para identificação de um grupo social relevante é que haja um mesmo conjunto de sentidos atrelados a um artefato específico (Bijker et al., 1987). É preciso descrever um artefato sob a ótica dos grupos sociais relevantes, ou seja, aqueles que explicitamente atribuem um sentido para aquele artefato. A descrição do artefato pelos olhos de diferentes grupos sociais produz diferentes descrições e, portanto, diferentes artefatos. Essa é a parte da desconstrução do artefato para demonstrar sua a flexibilidade interpretativa (Bijker, 2009).

Mostrar a flexibilidade interpretativa da tecnologia é apresentar o detalhamento de problemas e conjuntos de soluções apresentadas na trajetória da tecnologia pelos diferentes grupos sociais. A SCOT considera que o projeto de uma tecnologia é um processo aberto que pode resultar em diferentes produtos. São as circunstâncias sociais do desenvolvimento que definirão um produto dominante (Bijker et al., 1987).

Estabilização e fechamento compõem a noção de que em determinado momento a construção social de uma tecnologia chega a um artefato ou sistema tecnológico dominante, amplamente reconhecido como “a tecnologia”. Entretanto, isso é um processo. Após a identificação dos grupos sociais relevantes é possível compreender como a flexibilidade interpretativa diminui porque alguns artefatos alcançam dominância sobre outros e os sentidos convergem, no final resultando em uma artefato fruto do processo de construção social. Essa é a descrição da construção social de um artefato (Bijker, 2009).

A estrutura tecnológica, por sua vez, é o que providencia os objetivos, ideias e ferramentas para a ação dos diferentes atores envolvidos com a tecnologia (Bijker, 1995), uma mistura de conceitos e técnicas que uma comunidade utiliza para solução de seus problemas, uma combinação de teorias vigentes, conhecimento tácito, práticas de engenharia e conhecimentos especializados (Bijker, 1987). Nesse sentido, a estrutura tecnológica providencia parcialmente as bases para a interação e constitui uma gramática que é utilizada nas interações do grupo social, resultando nas atribuições de um sentido compartilhado. Por um lado a estrutura tecnológica indica como o ambiente social estrutura o design de um artefato e por outro indica como as tecnologias existentes estruturam o ambiente social.

A SCOT apresenta-se como uma abordagem relativamente consolidada e com pressupostos, como os de qualquer abordagem teórica, que obviamente comportam críticas (Klein & Kleinman, 2002). Pode-se dizer, contudo, que um importante elemento de sua perspectiva reside em seu agnosticismo ontológico quanto à tecnologia (Bijker, 2009), que é

próprio de algumas abordagens dos Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade. Assim a SCOT se mantém em desenvolvimento, seja como nova base para estudos dos primórdios do cinema (Rossell, 2014), analítica para compreensão do papel da educação na liderança em tecnologia da informação na Índia (Byker, 2014), projeções sobre o design da Internet das coisas - IOT (Shin, 2014) ou novos estudos sobre tecnologias que a tornaram conhecida (Ahmed, Qureshi, & Khan, 2015), mantendo abertas as possibilidades de reflexão sobre as ambiguidades tecnológicas que sua heurística auxilia a alcançar.

3. Os caminhos para narrar a Rede: metodologia

Nesta pesquisa adotou-se a heurística da SCOT para produzir uma narrativa sobre o que fazia a Rede Videiros, de acordo com a metodologia apresentada a seguir.

Horizonte de rede foi como se denominou a delimitação espaço temporal das atividades da Rede na qual se desenvolveu esta pesquisa, ou seja, onde e quando se foi a campo na busca de uma compreensão dos processos. Nesse caso, o horizonte foi um projeto desenvolvido em 4 anos que trabalhou essencialmente com a organização e a publicação de produções textuais e audiovisuais da Rede. O objetivo central do RecriaRede era fomentar e incentivar publicações plurais geradas pelos integrantes, replicadores e simpatizantes da Rede Videiros e divulgá-las, trabalhando com a questão da visibilidade das produções da rede para "além da rede".

À moda de Mello e Sá (2006), a construção do *corpus* da pesquisa se deu em função das técnicas de investigação e dos resultados provisórios ao longo do percurso, tendo em conta que o pesquisador atuou ativamente no RecriaRede a partir da perspectiva de conversão (Adler & Adler, 1987). Dessa forma, o *corpus* de análise do presente trabalho constituiu-se de: 1) a primeira publicação do Recria, 120 páginas² que procuram delinear o histórico e os princípios de atuação ao longo de 7 anos de existência da rede até então; 2) Nove edições temáticas com textos dos membros da rede, 213 páginas; 3) Uma edição não finalizada, devido à dissolução do Recria, 20 páginas; 4) As mensagens na lista de e-mails do Recria, 2.939 e-mails, 431 páginas; 5) As reuniões realizadas pelo *Internet Relay Chat* - IRC com um total de 70 páginas; 6) As notas de campo, 120 páginas. Total de 974 páginas de registros textuais.

Utilizou-se o WebQDA para codificação do material em torno dos Grupos Sociais Relevantes. O software é organizado em três áreas: fontes, codificação e questionamento. As

² Trabalhou-se apenas com texto, então o número de páginas está uniformizado após a conversão do material em apenas texto com o software WebQDA.

fontes são os dados brutos em texto, imagem, vídeo ou áudio. Nesta pesquisa trabalhou-se apenas com texto. Já na codificação, o WebQDA opera com as noções de codificações interpretativas e codificações descritivas. A codificação interpretativa é aquela utilizada para a análise e interpretação dos dados através de dimensões, categorias, construtos, indicadores ou outras definições metodológicas adotadas pelo pesquisador. A codificação descritiva descreve os dados quanto às características e contextos factuais, como: gênero, idade, temporalidades etc. A interrelação entre os dados codificados se dá basicamente a partir do uso de matrizes de possibilidades, que são definidas pelo próprio usuário, a partir da sua metodologia de interpretação dos dados (Souza, Costa, Moreira, & Souza, 2014).

O uso do WebQDA consistiu em inserir as fontes textuais no software e proceder à leitura e releitura de cada fonte codificando trechos dos textos que se interpretou como característicos dos grupos sociais que foram sendo delimitados como “nós” (organização categorial do WebQDA para criação das tabelas e posteriores matrizes) ao longo do processo de leitura. Identificou-se dessa forma, componentes textuais, seguindo a técnica de bola de neve, que permitiram construir noções da flexibilidade interpretativa dos grupos sociais relevantes. Os extratos de texto codificados serviram de guia para a narrativa sobre o que fazia a Rede Videiros.

Na perspectiva do recorte de campo, identificou-se 09 (nove) grupos sociais relevantes, a saber: (1) as Comunidades das Periferias; (2) as ONGs de Informática; (3) os Processadores de Lixo Eletrônico; (4) os Artistas Místicos e Tecnoxamãs; (5) os Agenciadores da Inclusão Digital; (6) os Articuladores da Cultura Digital; (7) os Fomentadores da Rede; (8) os Acadêmicos na Fronteira; e (9) os Técnicos Dilettantes.

Tendo assim ilustrado, dentro dos limites possíveis do presente artigo, as configurações metodológicas da pesquisa, apresenta-se a seguir a narrativa que busca caracterizar os grupos sociais relevantes, sua flexibilidade interpretativa sobre a Rede Videiros e em seguida as compreensões sobre estabilização e estrutura tecnológica.

4. A construção da Videiros no RecriaRede: uma narrativa

4.1. Os grupos sociais relevantes e suas interpretações

O primeiro grupo interessado, no sentido de atraído por relações de interesse (Callon, 1984), que oferece uma versão do que fazia a Rede Videiros é o das (1) Comunidades das Periferias. Esse grupo pode ser identificado em diferentes narrativas da Videiros, geralmente em torno de acesso. As comunidades das periferias eram aquelas que queriam acesso livre, podiam estar nos bairros mais afastados de uma grande capital ou em qualquer interior do

país, nos territórios tradicionais, quilombolas e indígenas etc. Com o tempo, não era a localização física que definia as periferias, mas sim práticas ditas periféricas que iam sendo compreendidas, sempre parcial e precariamente, ao longo dos processos e ações que se desenvolviam.

A perspectiva das comunidades sempre foi uma realidade essencialmente delimitada pela Videiros de forma exterior. Dessa forma, a Rede desde o começo se configurou como um processo elitista. Discussão online em blogs, que eram a base do que configurava a comunicação e troca de informação em seu início, requeria lidar com escrita e leitura num nível que colocava a conversa no plano de configurações culturais excludentes de acesso e potencialidades. Por isso muito das configurações que qualquer realidade assemelhada a comunidades das periferias pudesse definir para o que fazia a Rede Videiros talvez ainda estivesse num plano mais próximo de outros tipos de sistema tecnológico, como as Ongs de Informática, por exemplo.

O que se identificou como as (2) *ONGs de Informática* eram organizações como o Comitê de Democratização da Informática – CDI. Nada impedia que o que se fazia nesses espaços fosse chamado de *videirança*, porém, no horizonte de rede desta pesquisa, eles se constituíam em espaços cujos processos se resumiam a práticas utilitárias de treinamento de mão de obra para um mercado de técnicos em hardware e software proprietário. Uma perspectiva de inclusão digital que no imaginário geral da Videiros mais aprisionava, no sentido dos adestramentos para uma lógica do trabalho, do que libertava.

Os processos da Videiros com o reuso de computadores desde o começo apontavam para outros caminhos. Inicialmente, pela filosofia do software livre, que demarcava uma forma importante da Rede se diferenciar de iniciativas como as das ONGs de Informática, e depois com a influência de outros grupos auxiliando na discussão do processo técnico e definindo uma postura não consumista, delineando um perfil de ativismo cujas ferramentas principais eram transformar as tecnologias e seu uso com a arte. Por isso, ao longo de seu processo de estruturação de identidade, na Rede sempre houve a circulação da noção de que a *videirança* não era treinamento de consumidores.

Intimamente associados à questão do consumo, os (3) *Processadores de Lixo Eletrônico* eram o grupo que se interessava que a Videiros desempenhasse o papel de parceira na coleta de lixo eletrônico. Essa realidade foi o mote de alguns dos projetos iniciais, mas ao longo do processo chegou-se a um entendimento de que a Rede não tinha como lidar com esse problema sem a constituição de estruturas improváveis de se conseguir investimentos e que ao mesmo tempo desviavam de um potencial muito maior da rede.

A perspectiva dos processadores de lixo eletrônico mostra em especial uma limitação do sistema da Rede Videiros, que era ter que lidar com o que constituía uma parte que foi significativa para sua formação ao mesmo tempo que precisava abandonar esse atrelamento ao hardware para poder prosseguir numa identidade e formações mais abstratas e leves, mais propensas a possibilidades ainda não imaginadas de desconstrução das tecnologias, que não se limitassem às restrições físicas e técnicas do hardware. Nesse ponto, a performance da Rede se aproximava das configurações especificadas pelos artistas, místicos e tecnoxamãs.

Os (4) *Artistas, Místicos e Tecnoxamãs* foram o grupo social mais recorrido para a definição das configurações da Rede Videiros nas atividades do Recria. O próprio Recria se constituiu como um processo artístico, notadamente na experimentação estética das publicações. Em certo momento a compreensão de um processo mitológico de significações da Videiros assumiu a dimensão de orientar os significados do que fazia a Rede. O mito cumpria o papel mágico de conexão entre as pessoas, as tecnologias, as práticas e as questões cotidianas. A Videiros era vista como um ritual em que a tecnologia era instrumento de práticas ancestrais. Assim a Rede pode abandonar o peso do corpo de hardware e transcender para formas muito mais abstratas de relação com a tecnologia e com transformação.

O contraponto da beleza das significações e perspectivas colocadas pelo grupo dos *Artistas, Místicos e Tecnoxamãs* era a precariedade no desenvolvimento de suas ações. Na perspectiva desse grupo a Videiros fazia um modo de vida, um modo de ser e de estar. Mas para que o andamento da Rede com as configurações desse grupo fosse possível, ocorria um vai e vem contínuo, uma alternância obrigatória entre “circuitos de realidade”³. Uma hora as pessoas estavam fazendo aquilo que gostavam, desenvolvendo seus entendimentos e vivências, colocando em ação a *videirança* como um modo de vida, mas no momento seguinte estavam vinculadas a algum trabalho temporário, geralmente não agradável, porém indispensável para conseguirem obter os recursos de financiamento das suas atividades de real interesse. Ou seja, a *videirança* não tinha meios de se sustentar sem recorrer a esses circuitos.

O cultivo do mitológico na Videiros não era, entretanto, uma característica colocada para frente apenas por esse grupo. Como se disse, suas perspectivas foram bastante marcantes nas definições do que fazia a Videiros no horizonte do RecriaRede, a começar pelas proposições dos agenciadores da inclusão digital.

Os (5) *Agenciadores da Inclusão Digital* caminhavam frequentemente junto à perspectiva de reforço das narrativas mitológicas da rede. Para esse grupo o problema central

³ Esse termo foi cunhado pelo pesquisador e registrado nas notas de campo para descrever a realidade dos trabalhos indesejados realizados pelos artistas para se manterem financeiramente.

era que a Videiros não perdesse a potência de exemplo prático das possibilidades de inclusão digital pelo viés da autonomia, da liberdade, da revolução e do jeitinho *hacker*. Era importante que a Videiros fizesse um movimento diferenciado, que trabalhasse as tecnologias da informação e comunicação de forma própria, inovadora, de forma mais ousada do que as outras perspectivas colocadas, porque estava à frente, conquistando a liberdade, *hackeando* as estruturas. Mas era importante também frisar que a motivação para a ação, para o *hack*, não era interna, não se tratava de mero desejo egocêntrico desse ou daquele atuante na rede. A motivação para a ação era o desejo da multidão⁴ e a Videiros agia nesse desejo. Era esse saber do desejo da multidão que movimentava as soluções para o que fazia a Videiros e o que ela devia fazer.

O grupo de agenciadores se associava às definições da Videiros, em boa medida, para atuação como prestadores de serviço no âmbito de metodologias de Inclusão Digital. Suas definições seguiam a perspectiva do Software Livre, de liberar o quanto antes os códigos para serem observados e retrabalhados pela comunidade. Mas se por um lado a Rede trabalhava com o ideário de não constituição organizacional, uma característica essencial desse grupo era que atuavam também como empresas de consultoria, com associação íntima ao universo de pesquisas das universidades, o que fazia com que o caráter comercial da iniciativa não fosse agressivo e nem chamasse muito a atenção. O mesmo não pode ser dito, entretanto, da perspectiva dos articuladores da cultura digital.

Os (6) Articuladores da Cultura Digital eram o grupo de definições da Rede que desde o começo esteve envolvido com a estruturação das políticas públicas de cultura digital no Brasil. Como influenciadora da política dos Pontos de Cultura, a Videiros se espalhou pelas ideias de cultura digital durante os dois governos Lula e na sequência do primeiro governo Dilma. A influência se manteve pelas relações estabelecidas entre diferentes membros da Videiros e pessoas estratégicas dentro da pasta de Cultura do Governo Federal, numa simbiose que tornava difícil saber quem influenciava quem.

As definições do grupo dos articuladores na Rede Videiros apontavam para dois caminhos. O primeiro era a perspectiva de *hackear* a política pública, obter recursos e empregá-los nas questões coletivas mais urgentes ou na potencialização de determinadas iniciativas. A segunda era aquela que buscava articular um novo cenário de atuação entre diferentes atores, constituídos e não constituídos (aqueles que não querem se formalizar

⁴ Multidão, conceito do trabalho de Hardt e Negri (2001) é uma das tantas referências circulantes que fazem parte do cotidiano narrativo da Videiros.

enquanto organização mas preferem atuar na associação com outras organizações), para apresentar como uma das soluções para a precariedade de outros grupos na Rede.

Mas a conversa de redes ficou bastante contaminada nas articulações da cultura digital. Diferentes processos, em alguns casos de lobby escancarado, assumiram o protagonismo como perspectiva de rede, e isso acabou por diminuir a potência da Rede na possibilidade dessas articulações. E pouco se fez na Videiros para que houvesse uma desvinculação entre essas imagens. Principalmente porque os fomentadores da rede preferiam atuar de outra maneira.

Os (7) *Fomentadores da Rede* eram o grupo que se esforçava para que as narrativas seguissem a construção mitológica da rede aberta distribuída e auto-organizada, ao mesmo tempo que tentavam apresentar caminhos e possibilidades para a Rede seguir em frente. Foi o grupo que mais atuou na documentação que construiu o imaginário mais difundido da Rede. Um dos aspectos enfatizados pelos *Fomentadores da Rede* era o fato de que as práticas organizacionais, e porque não dizer corporativas, do século XX, não faziam mais sentido.

As atividades desse grupo eram também de bastante especulação teórica, na busca por elementos que pudessem servir para explicar um pouco do que ocorria com a Rede e ao mesmo tempo servir de base para novas propostas. Os fomentadores trabalhavam com uma visão clara do papel dos outros grupos na continuidade do processo. Conseguiram delimitar, por exemplo, as necessidades de atuação em certos processos de forma que a mobilização fosse mantida, conseguiam pensar em como outro grupo poderia complementar o trabalho de quem estava com uma dedicação maior à Rede e delimitar o espaço das ações, atividades e requisitos, além de sugerir para os demais grupos como o trabalho poderia ser feito.

Os fomentadores possuíam talvez o maior nível de consciência do papel do mito, ou da ficção, como gostavam alguns de mencionar, nas definições do que fazia a Videiros. Porém, o trabalho de outros grupos, como contraponto à perspectiva dos fomentadores, sempre se fazia necessário. Um trabalho mais lento, que se envolvesse mais profundamente nas complexidades de organização metodológica do conhecimento. Um trabalho associado aos acadêmicos na fronteira.

(8) *Acadêmicos na Fronteira* estavam nessa posição porque eram um grupo que gerava controvérsias e conflitos. Por diversas vezes surgiam discussões sobre o papel da academia, como ela se relacionava com processos como os da Videiros e como a Rede deveria ou não se relacionar com ela. Porém a relação com os processos acadêmicos sempre foi uma forte inspiração para a Rede, apesar dos misticismos e mitologias da Rede costumarem em certa medida demarcar territórios diferentes entre as práticas acadêmicas e as práticas da Rede

Videiros. Além disso, as práticas de outros grupos por vezes ajudavam a dificultar esse processo, alguns por verem uma necessidade de falar sempre e, portanto, muitas vezes sem profundidade. Para os acadêmicos ficava difícil se posicionar frente ao volume de referências díspares que eram apresentadas, principalmente na velocidade que elas demandavam interlocução.

Por último, resta falar do que fazia a Videiros na interpretação dos (9) *Técnicos Dilettantes*. Esse parece ter sido o grupo mais objetivo e realista em suas relações com a Rede. Vindos de diferentes áreas, desde as artes até a computação, suas atitudes geralmente chamavam a atenção da rede para as limitações das metáforas, mitos, narrativas, com relação aos conteúdos técnicos pelos quais esses perpassavam.

Os técnicos ao mesmo tempo em que conseguiam olhar com objetividade para os processos tinham a compreensão de que a dimensão lúdica era muito importante no que fazia a Videiros. Eles compreendiam que havia muito potencial nas perspectivas de outros grupos, desde que elas não ficassem só em abstrações e pudessem de alguma forma também ser potencializadas pela Rede na perspectiva de estruturas, no sentido do bom senso, aproveitando a própria lógica das tradições, dos saberes tradicionais, dos espaços que se constituíam em diferentes tipos de festas e rituais, que precisavam sempre de algum tipo de planejamento, para que a Rede não alimentasse recorrentemente a ação no eterno nada ser. O esforço da Rede para garantir espaços de liberdade abria, na visão dos técnicos, espaço para preconceitos e radicalismos nas mesmas brechas, e isso precisava ser revisto.

Colocar claramente as percepções dos problemas, propor a discussão dos tabus e mostrar as inconsistências da Rede na perspectiva de melhorá-la era o que propunham os técnicos. A questão é se era possível a Rede assumir esse tipo de configuração, já que o que fazia a Videiros, na perspectiva dos técnicos, era a supervalorização de um conceito inspirador pelo imaginário da Rede, que se acomodava nas negações, até de si própria, tendo como principal característica a retórica e um não agir associado. Essa postura impedia as ações que buscavam outra direção.

Essas caracterizações e destaques de flexibilidade interpretativa para os nove grupos identificados na construção da Videiros delineia de certa forma as identidades de cada grupo e as ligações entre eles. A seguir, na apresentação do que fazia a Rede, caracteriza-se uma noção de estabilização e da estrutura tecnológica dos processos, a partir dos movimentos e desvios que precisavam ser aceitos pelos diferentes grupos sociais, assim como as alianças que precisavam ser estabelecidas.

4.2. Estabilização e estrutura tecnológica

No começo do Recria, sete anos depois do momento em São Paulo no qual iniciativas com lixo eletrônico fizeram sentido, o monstro já não tinha pé nem cabeça, ou talvez muitas cabeças e poucos pés. O que fazia a Videiros no início dessa pesquisa era um conjunto de narrativas míticas, conceitos e práticas armazenadas em um site e continuamente discutidas em uma lista de 400 pessoas, além de ter seu nome associado a projetos governamentais de inclusão e cultura digital e a agrupamentos por onde circulam ativistas e artistas, a partir do trabalho insistente de um certo grupo em manter essa coisa que chamavam de “Rede Videiros” existindo, com pouquíssimos recursos vindos principalmente de iniciativas governamentais na área de cultura e menos ainda de iniciativas privadas de consultoria. Trabalho precário, sem garantias, sem direitos, essencialmente.

O transporte da lógica do software livre para o fazer da Videiros fazia sentido muito mais no plano ideológico, porque no plano prático, colocar a ideia de conhecimento livre em andamento esbarrava nas necessidades e fazeres cotidianos, fazeres que criavam um cenário onde por um lado certo tipo de informação era muito, excessivamente divulgada, enquanto outras informações nunca estavam tão claras. A ausência de clareza se justificava no plano mitológico, ela mantinha a Rede aberta, e no plano das técnicas de divisão e angariamento de novos recursos ela acabava por fazer sentido pontualmente, caso a caso, dentro das abstrações possíveis do fazer artístico e científico.

O mito se tornou indispensável à Rede, ponto de passagem obrigatório. Por isso os dispositivos de proteção da mitologia estavam lá, fortemente presentes, potencializavam a criatividade, mas não resolviam as relações dos fazeres com a vida social e econômica institucionalizada. Só que o mito não era suficiente para a sustentabilidade. Daí a alternância entre circuitos de realidade. E daí também que os papéis que eram apresentados para os diversos grupos com interesse na Videiros eram sempre papéis reduzidos, resumidos a uma das suas faces, aquela que fosse considerada mais importante pelos grupos que estavam colocando aqueles fazeres em andamento. Esse jogo de papéis se definia de diferentes maneiras, desde negação do outro em si mesmo, sedução dos rituais em rede, negociações e consenso pela repetição do mito.

Um processo fazia com que a Rede fosse algo bastante difícil de entender e caracterizar mesmo para quem estava “dentro”, era o volume de informação misturado entre práticas, ficção e referência teóricas densas. Nesse ponto, o que fazia a Rede Videiros não era tanto um processo elitista, mas sim inventivo. Um *overload* de informação que costumava se caracterizar por uma profusão de links e textos, dentre os quais um bom número deles

remetendo a formulações teóricas das mais diferentes áreas da teoria social. A conceituação e apresentação de material teórico não era exclusiva dos acadêmicos, a prática era igualmente profícua na atividade de outros grupos da rede e, dessa forma, talvez o principal que fazia a Videiros era um espécie de jogo de “inventividade”, uma tecnopolítica que por todas essas características remetia algumas ações em andamento ao plano do invisível e outras à visibilidade funcional necessária.

5. À guisa de uma conclusão

O objetivo deste artigo foi apresentar uma narrativa da construção social de uma rede tecnopolítica atuante nas relações entre tecnologias, cultura e ciência no Brasil. A questão de pesquisa a ser respondida foi: o que fazia a Rede Videiros? Dessa forma, viu-se que a tecnopolítica da Videiros, como a narrativa apresentada ilustra, não se resumia ao ativismo. Na Rede se fazia também governo e *business*, tudo junto e misturado. Foi na produção, publicação e divulgação do texto, na repetição, desconstrução e reconstrução do mito, que os papéis foram sendo delineados de acordo com cada situação. O *hack* realmente fazia a rede, não necessariamente o *hack* de processos de informática. Só que nesse desenrolar de rede quem *hackeava* também muitas vezes estava sendo *hackeado*, numa lógica de “circuitos duplos de realidade”, que não permitia viver como alguns gostariam, nem fazer a Rede sustentável. O que fazia a Rede Videiros estava muito ancorado num circuito de precariedade e isso, pode ser entendido agora, é parte de uma nova configuração tecnológica global do trabalho, na qual todos se tornaram operários.

Por essas e outras possibilidades, alguns que acreditam em céu e inferno, e até alguns que não acreditam, dizem que o inferno é aqui, sair dele requer passar por Cérbero⁵. Mas como fazer isto sem ser devorado? Isso não é o que fazia a Videiros? A mitologia da passagem entre dois circuitos pode simbolizar essa realidade, numa alternativa de atuação consciente, entre um universo imaginário desejado e um universo obrigatório, ainda que as obrigações sejam, devido às próprias configurações da tecnologia organizacional, invisíveis aos olhos de quem se vê fazendo apenas ativismo, arte ou ciência e não se percebe inserido nas manobras tecnológicas do trabalho imaterial. Se isso fazia a Videiros, então por um tempo Cérbero foi domado?

⁵ Figura da mitologia grega constituída de um gigantesco cão de três cabeças que guarda as portas do inferno permitindo a entrada mas não a saída A figura se apresentou em certo momento das conversas sobre mito na Videiros.

Do mito para a potência do princípio *hacker* a abstração de Wark (2004), curiosamente nem citada e nem discutida nas referências da Videiros, faz todo o sentido, ao manter atualizada a noção do valor-trabalho. A lógica do trabalho imaterial, do trabalho mulher como gosta de exemplificar Toni Negri (Negri & Revel, 2014) é perversa. A partir do momento que ela passa a ser concebida como fonte de valor, então a arrumação da casa, a roupa pronta, a janta no prato são obrigações não remuneradas. Só que agora essas obrigações formam o circuito principal do Capital. Ao constatar essa situação o questionamento imediato, para quem quer fazer ativismo-arte-ciência, tudo junto, talvez seja: quais as condições de possibilidade de se viver outros circuitos quando a manipulação criativa e inteligente das tarefas analíticas e simbólicas e as relações de afeto são capturadas por uma nova lógica do trabalho?

Referências

- Adler, P. A., & Adler, P. (1987). *Membership roles in field research*. Newbury Park, CA: Sage.
- Ahmed, H., Qureshi, O. M., & Khan, A. A. (2015). Reviving a ghost in the history of technology: The social construction of the recumbent bicycle. *Social Studies of Science*, 45(1), 130–136.
- Appley, D. G., & Winder, A. E. (1977). An evolving definition of collaboration and some implications for the world of work. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 13(3), 279–291. <https://doi.org/10.1177/002188637701300304>
- Bijker, W. E. (1987). The social construction of Bakelite: Toward a theory of invention. In W. E. Bijker, T. P. Hugues, & T. F. Pinch (Eds.), *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology* (pp. 159–187). Massachusetts: The MIT press.
- Bijker, W. E. (1995). *Of bicycles, bakelites, and bulbs: towards a theory of sociotechnical change*. Cambridge: The MIT press.
- Bijker, W. E. (2009). Social construction of technology. In J. K. B. Olsen, S. A. Pedersen, & V. F. Hendricks (Eds.), *A companion to the philosophy of technology* (pp. 88–94). Chichester: Wiley-Blackwel.
- Bijker, W. E., Hugues, T. P., & Pinch, T. (1987). *The social construction of technological systems: new directions in the sociology and history of technology*. Massachusetts: The MIT Press.
- Boltanski, L., & Chiapello, È. C. (2009). *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes.
- Byker, E. J. (2014). Bangalore's Challenge: The Social Construction of Educational

Technology in India's Silicon Valley. *Global Studies Journal*, 6(2).

Callon, M. (1984). Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of St Brieuc Bay. *The Sociological Review*, 32(S1), 196–233.

Cleaver, H. (2005). The Zapatista Effect: The Internet and the rise of an alternative political fabric. Retrieved December 11, 2012, from <https://libcom.org/library/zapatista-effect-cleaver>

Dagnino, R., Brandão, F. C., & Novaes, H. T. (2004). Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In A. de Paulo, C. J. Mello, L. P. Nascimento Filho, & T. Koracakis (Eds.), *Tecnologia social – uma estratégia para o desenvolvimento* (pp. 15–64). Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil.

Diniz, A. da S. (2004). *A maldição do trabalho*. João Pessoa: Manufatura.

Evangelista, R. (2014). O movimento software livre do Brasil: política, trabalho e hacking. *Horizontes Antropológicos*, (41), 173–200.

Hardt, M. (2002). Globalization and democracy: politics of multitude. Retrieved November 10, 2012, from <https://www.youtube.com/watch?v=1unYWrec62U>. Acesso em: 15. jan. 2014.

Hardt, M., & Negri, A. (2001). *Império*. São Paulo: Record.

Harvey, D. (1992). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Edições Loyola.

Hecht, G. (2001). Technology, politics, and national identity in France. In M. Allen & G. Hecht (Eds.), *Technologies of Power: Essays in Honor of Thomas Parke Hughes and Agatha Chipley Hughes* (pp. 255–293). Cambridge: The MIT Press.

Himanen, P. (2001). *The Hacker Ethic and the Spirit of The Information Age*. New York: Random House.

Hine, C. (2000). *Virtual Ethnography*. London: Sage.

Klein, H. K., & Kleinman, D. L. (2002). The social construction of technology: Structural considerations. *Science, Technology, & Human Values*, 27(1), 28–52.

Latour, B. (2000). *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.

Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. New York: Oxford university press.

Machado, J. A. S. (2007). Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. *Sociologias*, 9(18), 248–285. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a12>

- Mello, S. C. B. de, & Sá, M. G. de. (2006). Tecendo uma virtuosa “colcha de retalhos”: a constituição e interpretação de um corpus lingüístico num estudo sobre reflexividade e articulação empreendedora. *Revista de Administração Pública*, 40(3), 385–410. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/%0D/rap/v40n3/31248.pdf>
- Motta, F. C. P., & Bresser-Pereira, L. C. (2004). *Introdução à organização burocrática* (2nd ed.). São Paulo: Thomson.
- Motta, F. C. P., & Vasconcelos, I. F. G. (2006). *Teoria geral da administração* (3rd ed.). São Paulo: Thomson.
- Negri, A., & Revel, J. (2014). Conversações com Antonio Negri e Judith Revel. Retrieved January 5, 2014, from <http://vimeo.com/68185967>
- Pinch, T., Ashmore, M., & Mulkay, M. (1992). Technology, testing, text: clinical budgeting in the U. K. National Health Service. In W. E. Bijker & J. Law (Eds.), *Building technology / Shaping society: studies in sociotechnical change* (pp. 265–289). Cambridge: The MIT Press.
- Rossell, D. (2014). Demolition d’un mur: The social construction of technology and early cinema projection systems. *Early Popular Visual Culture*, 12(3), 304–341.
- Rubim, A. A. C., & Rubim, I. O. (2017). Políticas para culturas digitais no Brasil. *Políticas Culturais Em Revista*, 10(1), 213–236.
- Scherer-Warren, I. (2006). Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade E Estado*, 21(1), 109–130. Retrieved from <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07>
- Scott, J. (2000). *Social network analysis: a handbook* (2nd ed.). London: Sage.
- Shin, D. (2014). A socio-technical framework for Internet-of-Things design: A human-centered design for the Internet of Things. *Telematics and Informatics*, 31(4), 519–531.
- Souza, F. N. de, Costa, A. P., Moreira, A., & Souza, D. N. de. (2014). *WebQDA - Software de Apoio à Análise Qualitativa: Manual do utilizador*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Trist, E. (1977). Collaboration in work settings: a personal perspective. *The Journal of Applied Behavioral Science*, 13(3), 268–278. <https://doi.org/10.1177/002188637701300303>
- Trist, E. (1981). The evolution of socio-technical systems. Occasional paper 2 [1981]. Retrieved November 20, 2012, from http://www.sociotech.net/wiki/images/9/94/Evolution_of_socio_technical_systems.pdf
- Trist, E. (1983). Referent organizations and the development of inter-organizational domains. *Human Relations*, 36(3), 269–284. <https://doi.org/10.1177/001872678303600304>
- Ugarte, D. de. (2008). *O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Wark, M. (2004). *A Hacker Manifesto*. Cambridge: Harvard University Press.

Wilf, E. (2016). NIMBY? Understanding Post-Fordist Business Innovation through One of Its Key Semiotic Technologies. *Current Anthropology*, 57(6), 732–760.